

Ver. Adnan El Sayed desmascara o presidente da Câmara de Vereadores

■ Página 8

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 22 a 28 de julho de 2025 | Edição 419 | Ano XII | R\$ 3,00

PREFEITURA DE FOZ É

CONDENADA A PAGAR O

PNEU DE UM TRABALHADOR

QUE CAIU NO BURACO



■ **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **CONDENAR** o réu (Prefeitura) ao pagamento de indenização por danos materiais na importância de **R\$ 687,00** (seiscentos e oitenta e sete reais) corrigidos monetariamente a partir da data do efetivo prejuízo

■ Página 5

O papel distorcido do Presidente da Câmara Paulo Debrito

■ Página 9

PRETO NO BRANCO

O VEREADOR "MINEIRIN"

Come quieto, para comer sempre. O vereador "mineirin", aquele que é mais volátil do que querosene de avião, vai plantando cargos como quem espalha milho no terreiro. Indicação aqui, nomeação acolá... e até no Hospital Municipal tem digital. Na comunicação? Também. Comendo pelas beiradas, ele já devora metade do mingau. Na hora do estouro, é o primeiro a dizer: "Nem sei quem é". Mas os tentáculos já estão no cardápio do povo. Tanto é que no mês que vem vai começar um podcast com a recém indicada no Hospital Municipal. O que esse vereador não quer nem escutar é o caso da sogra que tava na prefeitura e caiu.

GENERAL SILVA E LUNA: DE TANQUE CHEIO A PNEU MURCHO

A lua de mel acabou e a lua de Silva e Luna minguou. O general que prometia comando firme virou meme com capa térmica. Fez pose de gestor, mas esqueceu o básico: o feijão, o arroz. Agora, as críticas fervem mais que caldeirão de hospital lotado. Popularidade? Derretendo igual gelo na laje. Comandante, o povo não quer anúncio, quer resultado.



RICARDINHO E A VISITA TÉCNICA NO ESGOTO

Ricardinho botou a bota e foi até o esgoto. Literalmente. Na dúvida entre política e performance, escolheu ser palhaço de circo. Posou ao lado de fezes, filmou, postou e levou: um comentário certo. "Esse cara é um nada com coisa nenhuma!" Jupira corre poluído, mas o Instagram do vice virou o verdadeiro lodo. Visita técnica? Nem com sabão em pó tira esse carma.

OS LEPROSOS DO GENERAL - PARTE 2

Na corte de Silva e Luna, os leprosos continuam se multiplicando. Tem gente que colava no general até em inauguração de lixeira... Hoje nem like recebe. Desapareceu das redes como promessa de campanha. A fama virou lepra virtual: ninguém quer ser marcado, citado ou lembrado. Campanha é camarim cheio. Governo é camarim vazio.

LUCIANO HANG EM FOZ: "VAMO AGILIZAR ISSO AÍ, MILEI!"

Luciano Hang chegou em Foz como quem chega na própria loja: de peito estufado e verbo solto. Jantou em Puerto, comeu bem, mas engasgou na aduana. "Argentina precisa facilitar a entrada de brasileiros", gritou para Milei... que nem estava no restaurante. Saiu com uma ideia fixa: abrir uma megaloja. Se o alfajor não vier fácil, que venha o cliente até ele. Luciano não perde tempo com fronteiras. Só com faturamento.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME

CNPJ 37.189.127/0001-00

Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR

jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:

Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Prefeitura paga estacionamento de seus funcionários com dinheiro público

Quando o conforto do servidor vem com Nota Fiscal paga por você

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, uma novidade tem chamado a atenção. E provocado a indignação de muitos cidadãos. A Prefeitura estaria pagando aluguel de um terreno exclusivo para o estacionamento dos servidores da Secretaria da Fazenda. Uma cortesia curiosa, que beneficia justamente aqueles que têm a missão de cobrar impostos da população. Para alguns servidores, isso é sinal de boa gestão e cuidado com os trabalhadores. Para o contribuinte, soa mais como um deboche silencioso: enquanto o povo tenta sobreviver em meio a buracos, filas e taxas, o funcionalismo desfruta de um pequeno luxo sustentado com dinheiro alheio.

Segundo comentários nos corredores da própria Secretaria, "o general é um verdadeiro paizão". Paga até o estacionamento dos carros dos seus comandados. Uma frase que poderia ser engraçada, não fosse trágica para os que vivem na pele o outro lado da moeda: o da cobrança.

Porque o que está em questão não é apenas o valor do aluguel do terreno, mas o princípio violado. A prioridade do uso do recurso público. Afinal, que tipo de administração pública considera justo que o cidadão pague para que o funcionário tenha onde parar seu carro, enquanto o próprio cidadão, sem qualquer privilégio, precisa disputar uma vaga no centro e ainda corre o risco de ser multado?

A ironia dessa história dispensa criatividade. Imagine você pagando IPTU achando que está contribuindo para a pavimentação da rua onde



mora, para a melhoria das escolas ou para o reforço na segurança pública e acaba descobrindo que o seu dinheiro está sendo usado para garantir conforto logístico a quem deveria lhe servir. E o mais impressionante: o estacionamento sequer é público. Fica ao lado da Secretaria de Finanças, mas é de uso exclusivo dos funcionários da pasta. E o povo? Que espere na fila, ou que estacione a 500 metros de distância, pague o estacionamento ESTARFI e ainda fica sujeito a multa porque parou a 13 milímetros da guia.

É uma verdadeira inversão de papéis. O contribuinte paga, mas não usufrui. O servidor é beneficiado, sem que haja qualquer critério público ou edital que justifique a medida. Um contrato de aluguel mensal, direto e limpo, para garantir o conforto de uma casta burocrática que deveria, em tese, ter o cidadão como centro de sua ação.

Mas o que temos é o oposto: um poder público que se acomoda em privilégios internos, enquanto terceiriza o sofrimento urbano.

O caso do estacionamento é simbólico. Ele revela, com

precisão cirúrgica, o abismo que separa a administração pública dos reais interesses do povo. Revela também o desprezo pelo princípio da impessoalidade, da economicidade e da finalidade pública. Não há transparência no ato, tampouco há senso ético. O que existe é um sistema que privilegia os de dentro, sempre eles, e escanteia os de fora - sempre nós.

Onde está a tão falada austeridade do dito desgoverno General Silva e Luna, propagada durante as eleições?

E não se trata de um erro isolado. Essa prática se encaixa perfeitamente no padrão de gestão que tem sido adotado na cidade: uma administração voltada para dentro de si mesma, mais preocupada em agradecer servidores e consolidar apoio político do que em melhorar a vida da população. Um exemplo claro de como a estrutura pública, quando usada de forma distorcida, pode se tornar uma máquina de conforto institucional - para poucos, às custas de muitos.

Se houvesse justiça administrativa, esse espaço de estacionamento seria, ao menos, compartilhado com os cida-

dãos que frequentam a Secretaria. Mas não. Nem isso. O máximo que o contribuinte pode fazer é assistir de longe enquanto paga a conta. É um "benefício público" com acesso privado. Um luxo escondido no contrato de aluguel, perdido entre os itens da planilha orçamentária.

Estamos diante de um modelo de gestão que não hesita em gastar para estacionamento, mas que muitas vezes demora anos para trocar uma lâmpada na rua, recapar uma via esburacada ou manter em funcionamento pleno uma unidade básica de saúde. Um modelo que prioriza o conforto de quem está no ar condicionado da burocracia, enquanto despreza o calor do asfalto onde o povo sua para pagar seus tributos.

Mais do que imoral, a prática é antiética. É um sintoma de uma política pública que esqueceu o público. É o retrato da elite administrativa que transformou o funcionalismo em uma ilha cercada de mordomias, ao mesmo tempo em que o cidadão comum luta para sobreviver no caos urbano, sem serviços básicos decentes, sem segurança, sem

mobilidade - e, claro, sem estacionamento.

Essa história seria perfeita para uma série da Netflix: "Foz Confidential - a cidade onde o cidadão paga até para o servidor não andar a pé". Mas, diferente das ficções televisivas, essa história é real. Está documentada. E o mais grave: é legal. Sim, porque no Brasil, infelizmente, o que é legal nem sempre é legítimo. O que é permitido pela burocracia muitas vezes fere profundamente o senso de justiça da população.

Em tempos de crise, onde falta dinheiro para tudo - inclusive para garantir medicamentos em postos de saúde e merenda de qualidade nas escolas. Gastar para estacionar carros de servidores é uma provocação. É cuspir no prato do povo. É ignorar a essência do serviço público: servir.

Em Foz do Iguaçu, o estacionamento VIP virou o símbolo de uma gestão que não sabe mais o que é prioridade. Um luxo pago com suor alheio, uma vaga garantida num sistema que deixa o povo à deriva, procurando lugar - não só para parar o carro, mas para existir com dignidade.

VAI QUE A MODA PEGA

POLÍTICA

Qualquer um pode processar o município a apagar indenização por danos materiais

A indenização como reflexo do abandono público; Por que os cidadãos de Foz do Iguaçu estão literalmente pagando o preço pela omissão de quem deveria zelar pela cidade

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em tempos de discursos fáceis e promessas grandiosas, a população de Foz do Iguaçu vive na prática o oposto do que ouve nos palanques e entrevistas oficiais. O prefeito General Silva e Luna, que em certa ocasião se autoproclamou "especialista em asfalto", parece ter deixado essa especialidade enterrada junto com os buracos que hoje dominam as vias da cidade. A ironia, no entanto, não para por aí. Em uma entrevista à Rádio Cultura AM, o mesmo gestor chegou a afirmar que "quem cai em buraco na via pública é estúpido e imprudente". A fala, além de desrespeitosa, expõe a total desconexão entre o chefe do Executivo e a realidade que milhares de iguaçuenses enfrentam diariamente.

General Silva e Luna colocou a cidade em guerra. De um lado os motoristas e do outro lado os buracos

Basta sair pelas ruas para testemunhar o descaso. A promessa de um asfalto militar, resistente como o concreto dos quartéis, se transformou em uma malha viária esburacada, perigosa e desprovida de manutenção mínima. A cidade virou um verdadeiro campo minado para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres. A cada dia, no-



vos relatos surgem de prejuízos materiais e acidentes provocados por crateras que parecem ter sido ignoradas há meses.

E diante desse abandono, a pergunta que ecoa nas redes sociais e nos grupos de bairro é simples: quem vai pagar por isso?

A resposta está na Constituição Federal e na jurisprudência brasileira. Sim, o Município pode - e deve - ser responsabilizado por prejuízos causados pela omissão na conservação das vias públicas. Não é favor, é direito. O artigo 37, §6º, da Constituição é claro ao prever que o Estado responde pelos danos

que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. E isso inclui o prefeito, os secretários, os engenheiros e todo o corpo técnico que, por ação ou omissão, deixou de zelar pela segurança dos cidadãos.

Em casos de queda de veículos em buracos sem sinalização adequada, a responsabilidade civil do Município é evidente. A ausência de aviso, isolamento ou manutenção configura negligência. Quando há comprovação de danos - com fotos, orçamentos e registros do local -, forma-se o nexo de causalidade: o cidadão sofre prejuízo direto da omissão estatal.

E é aqui que mora o incômodo da gestão municipal. Afinal, se todos que sofreram prejuízos decidirem judicializar a questão e exigir indenizações, a "moda pode pegar". E nesse caso, a conta vai chegar para a Prefeitura. Mas não se trata de modismo, como se fosse algo leviano ou oportunista. Trata-se de um clamor legítimo por justiça diante da omissão institucionalizada. Afinal, por que o cidadão deve arcar com custos de pneus, amortecedores, para-choques e até internações, enquanto o poder público se exime de sua função básica?

Se o prefeito se diz "especialista em asfalto", então

deveria saber que o serviço público de infraestrutura deve ser contínuo, planejado e fiscalizado. O título militar não o exime da responsabilidade de gerir uma cidade como Foz do Iguaçu, que já foi referência nacional em urbanismo, mas hoje amarga ruas destruídas e indignação generalizada.

A gestão pública, neste caso, incorre em responsabilidade civil subjetiva por omissão. E essa omissão, quando comprovada, deve ser punida com a reparação do dano. Não se trata de judicialização por capricho, mas de um caminho legal e legítimo para que o cidadão não continue sendo penalizado duas vezes: primeiro pelo buraco, depois pelo silêncio da Prefeitura.

Diante de tudo isso, cabe uma reflexão: se a "moda pegar", não será porque o cidadão virou oportunista. Será porque a paciência virou estilhaço, e o buraco, símbolo do fracasso de uma gestão que prometeu muito e entregou quase nada.

Enquanto isso, os buracos seguem abrindo crateras não apenas no asfalto, mas na confiança da população em seus governantes. E que fique claro: reclamar é direito, exigir reparo é dever, e indenização - quando cabível - é justiça. Que a moda pegue, sim. E que o Judiciário faça o que o Executivo deixou de fazer: proteger o cidadão.

A utopia promovida pela Foztrans e a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu

Por um olhar crítico sobre a ineficiência institucional disfarçada de gestão moderna

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A administração pública municipal é composta por uma intricada rede de órgãos e entidades que, em teoria, deveriam atuar em harmonia para atender o interesse coletivo e promover políticas públicas eficazes. Em Foz do Iguaçu, entretanto, essa engrenagem parece emperrada, desconectada de suas finalidades constitucionais e mergulhada em um jogo de vaidades políticas, interesses pessoais e, sobretudo, ineficiência camuflada por discursos técnicos.

O Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu - Foztrans, autarquia integrante da administração indireta, e a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana, órgão da administração direta, tornaram-se os símbolos de uma utopia administrativa que não se sustenta na realidade.

Criadas (ou mantidas) para organizar o caos do transporte público, da sinalização viária, do trânsito urbano e da mobilidade em geral, ambas hoje servem como exemplos de duplicidade funcional, desperdício de recursos públicos e ausência de planejamento estratégico.

Um monstro de duas cabeças

A duplicidade entre o Foztrans e a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana é mais do que um exemplo de sobreposição de funções: trata-se de um caso explícito de má gestão do erário público. Enquanto a autarquia Foztrans

conta com uma superintendente - atualmente Aline Maicrovicz Martins Duarte - e três diretorias bem estruturadas (Transporte, Trânsito e Administração-Financeira), a Secretaria de Transporte, gerida pela mesma Aline em cumulação de cargos, possui também duas diretorias adicionais, compostas por Gabriela Zoboli (Diretoria de Transporte) e Maxwell Lucena (Diretoria de Trânsito e Infraestrutura).

O que fazem tantos diretores, ocupando cargos similares, com atribuições genéricas e confusas? O que justifica tantos salários altos, quando há demandas urgentes da população que permanecem ignoradas? A resposta, infelizmente, parece estar na acomodação de aliados, no loteamento político e na tentativa de inflar a estrutura pública para atender aos caprichos eleitorais e acordos de bastidores.

Mais preocupante ainda é o fato de que a secretaria funciona dentro do próprio Foztrans, com seus diretores compartilhando os mesmos espaços físicos, sem estrutura, sem equipe de apoio, sem projetos concretos ou entregas à população. A impressão que se passa é de um organograma inchado, simbólico, criado apenas para justificar a existência de cargos comissionados e não para resolver os reais problemas da mobilidade urbana.

Princípios constitucionais vilipendiados

A Constituição Federal, em seu Art. 37, determina que



toda administração pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em Foz do Iguaçu, esses pilares vêm sendo sistematicamente ignorados, como se a cidade vivesse em um universo paralelo, onde a lei é opcional e a lógica da gestão pública é subvertida por interesses pessoais.

O princípio da legalidade é atropelado sempre que uma decisão judicial é desrespeitada, como ocorreu no episódio do fechamento da via pública em frente à residência do Prefeito General Silva e Luna. Uma ação coordenada e orquestrada que contou com o apoio da Guarda Municipal, da Secretaria de Segurança Pública, da Procuradoria do Município, da Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana e, claro, do Foztrans. A cereja do bolo foi o uso de um caminhão supostamente que-

brado, de propriedade de um aliado político, para bloquear o local e impedir uma manifestação pacífica, um verdadeiro atentado contra o direito constitucional à livre expressão.

O princípio da impessoalidade inexistente quando se observa o modus operandi das nomeações feitas pelo Prefeito. Parentes, amigos e cabos eleitorais dos vereadores compõem a lista dos escolhidos, ignorando a qualificação técnica e premiando os vínculos políticos. Após denúncias públicas, muitos foram "misteriosamente" exonerados, numa tentativa fracassada de apagar rastros e evitar escândalos maiores.

A moralidade, por sua vez, foi a primeira a ser enterrada pela atual gestão. Um dos primeiros projetos aprovados pela Câmara sob influência do Executivo foi o que ampliou cargos, secretarias e salários. Tudo isso enquanto a cidade

enfrentava (e ainda enfrenta) graves dificuldades na saúde, no transporte coletivo, no saneamento e na infraestrutura urbana. Some-se a isso os contratos com valores milionários e aditivos questionáveis, como os firmados com a empresa VITAL (coleta de lixo) e a VISAC (transporte público).

Já a publicidade, princípio que deveria significar transparência e acesso à informação, tem sido usada como ferramenta de manipulação. Em vez de informar com responsabilidade a população local, a gestão municipal distribui vultosas verbas de propaganda a meios de comunicação de fora da cidade, numa tentativa de construir uma imagem positiva junto a turistas e investidores, enquanto os moradores enfrentam calçadas esburacadas, ônibus lotados, postos de saúde sucateados e uma burocracia sufocante.

Por fim, a eficiência é uma palavra que parece ter sido banida do dicionário da administração municipal. Os exemplos são abundantes: contratos vencidos de pátios de guarda de veículos, ausência de manutenção em semáforos e sinalizações, frota de transporte público defasada, linhas reduzidas e passageiros amontoados em horários de pico. Com um orçamento de R\$ 700 mil anuais, seria perfeitamente possível ampliar gratuidades, beneficiar trabalhadores em busca de emprego, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, esse recurso é destinado a alimentar a máquina política e seus ocupantes fantasmagóricos.

Uma cidade sem rumo e um trânsito sem direção

Por um olhar crítico sobre a ineficiência institucional disfarçada de gestão moderna

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu vive um paradoxo: é uma das cidades mais estratégicas do Brasil, fronteira, turística, multicultural, mas administrada como uma vila esquecida. A duplicação da Avenida Itaboraí, por exemplo, orçada em R\$ 200 milhões, é um escárnio diante da realidade urbana. Pouco movimento, poucos beneficiados, mas muitos recursos públicos envolvidos. Por que essa obra foi priorizada? Quem ganha com isso? Quem são os proprietários dos terrenos da região?

Enquanto a cidade investe milhões em obras de impacto duvidoso, a malha viária do centro e dos bairros está abandonada. Linhas de ônibus somem do mapa, os pontos estão depredados e sem cobertura, a segurança no trânsito é precária, e a fiscalização praticamente inexistente.

A utopia da mobilidade, o pesadelo da má gestão

A gestão de Silva e Luna tem promovido uma verdadei-



ra utopia administrativa no campo da mobilidade urbana. Uma utopia não no sentido de ideal sublime, mas como uma fantasia mal disfarçada, sustentada por discursos vazios, promessas não cumpridas e estruturas ineficazes.

A população de Foz do Iguaçu merece respeito. Merece transparência, planejamento e uma gestão que respeite os princípios constitucionais. A duplicidade de cargos entre o Foztrans e a Secretaria de Transporte precisa ser

investigada pelo Tribunal de Contas do Estado. Os salários recebidos sem contrapartida real de trabalho devem ser devolvidos. E a cidade precisa urgentemente de um plano sério de mobilidade urbana, que ouça o cidadão, enfrente

os problemas estruturais e seja conduzido por quem realmente entende do assunto - não por nomeações políticas, mas por competência técnica.

Chega de ilusão. Chega de utopia. Foz do Iguaçu clama por gestão de verdade.

Cidade Estagnada: Onde a mobilidade urbana é apenas um discurso vazio

Na cidade de Foz do Iguaçu, a mobilidade urbana tem deixado de ser prioridade e se tornado apenas uma promessa de campanha. Mas há locais onde o descaso ultrapassa qualquer limite da razoabilidade, aparentemente um verdadeiros laboratórios do abandono. Nessa cidade, o transporte público se arrasta há anos, vítima de gestões

desastrosas, falta de planejamento e contratos obscuros que beneficiam poucos e castigam muitos.

Ônibus sucateados, atrasos constantes, horários reduzidos e tarifas incompatíveis com a realidade da população tornaram o transporte coletivo um símbolo da negligência. Quem depende dele para trabalhar, estudar ou cui-

dar da saúde enfrenta diariamente uma verdadeira viacrúcis. As promessas de modernização ficaram apenas nos palanques, substituídas por discursos de "otimização" que, na prática, significam cortes e precarização.

Enquanto isso, o prefeito, que insiste em se autoproclamar especialista em asfalto, deveria andar mais a pé ou de

bicicleta pela cidade. As ruas esburacadas, cheias de remendos malfeitos e sinalização inexistente, são o retrato fiel da sua incompetência. O asfalto, quando existe, dura tão pouco que mais parece um favor do que uma política pública. Em vez de planejamento urbano, vemos improvisos. Em vez de obras estruturantes, temos marketing.

A cidade agoniza sob pneus furados, buzinas irritadas e cidadãos exaustos. A mobilidade, que deveria ser um direito garantido e uma ferramenta de inclusão, tornou-se mais uma vítima da vaidade política e da má gestão. O que resta é um povo desacreditado e uma cidade travada no tempo, onde o Prefeito General Silva e Luna fala muito e se faz pouco.

Adnan El Sayed desmascara o presidente da Câmara

Presidente da Câmara Paulo Debrito estaria a serviço do Executivo? Um verdadeiro golpe contra a Saúde Infantil

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

No cenário político de Foz do Iguaçu, mais uma página vergonhosa foi escrita. A cidade, já castigada por problemas estruturais, buracos nas ruas, filas intermináveis na saúde e falta de leitos de UTI, agora também precisa conviver com um ataque direto à própria democracia institucional.

Desta vez, protagonizado dentro da Câmara Municipal. A denúncia grave feita pelo vereador Adnan El Sayed (PSD) expõe aquilo que há muito se suspeita: a subserviência do presidente da casa legislativa, Paulo Debrito (PL), ao prefeito General Silva e Luna.

O caso, por si só, é escandaloso: em apenas 72 horas - tempo que evoca ecos sombrios de radicalismos antidemocráticos - o presidente da Câmara extinguiu a Frente Parlamentar pela Saúde Infantil, que havia sido criada justamente para lutar por mais leitos de UTI pediátrica no município. E o mais alarmante: sem justificativa técnica, sem consulta pública, sem transparência.

O motivo, ao que tudo indica, foi meramente político. Ou pior, foi uma manobra para impedir que uma mobilização legítima ganhasse força dentro da Casa de Leis e pressionasse o Executivo.

A Denúncia de Adnan El Sayed

Na sessão ordinária do



Vereador Adnan El Sayed desmascarou o Presidente Paulo Debrito

dia 10 de julho de 2025, Adnan El Sayed, em um discurso contundente e visivelmente revoltado, desmascarou o verdadeiro motivo por trás do "golpe" arquitetado pelo Presidente da Câmara, Paulo Debrito. Segundo ele, após protocolar o pedido de criação da Frente Parlamentar pela Saúde Infantil, foi chamado em particular pelo presidente da Câmara, que tentou persuadi-lo a desistir da iniciativa. O recado era claro: se Adnan abrisse mão da frente em prol das UTIs pediátricas, as demais frentes permaneceriam. Caso contrário, todas seriam extintas. E assim se fez. Em uma canetada autoritária, o presidente

acabou com todas as frentes parlamentares - apenas para evitar que a da saúde infantil prosperasse.

Essa atitude ultrapassa os limites do que se pode considerar debate político. Trata-se de um atentado direto ao interesse público e ao papel fiscalizador do Legislativo.

Quando um presidente da Câmara age para sabotar uma iniciativa legítima de um vereador, ainda mais uma voltada à proteção de crianças doentes, ele deixa de ser um representante do povo para se tornar um operador de interesses escusos.

O silêncio cúmplice dos outros vereadores

Mais estarrecedor do que a atitude de Paulo Debrito é o silêncio dos demais parlamentares. Ao que tudo indica, sob total aprovação dos vereadores Bosco Foz, Cabo Cassol, Dr. Ranieri Marchioro, Sidnei Prestes, Soldado Fruet e até da vereadora Anice Gazzaoui, onde deram total apoio ao presidente da Câmara.

A Frente Parlamentar pela Saúde Infantil contava com apoio interpartidário. Ainda assim, após sua extinção sumária, não se viu nenhum movimento de solidariedade contundente ou tentativa de reversão da decisão. A omissão é gritante. O que estamos vendo em Foz do Iguaçu é a

formação de um bloco informal de convivência, onde se abdica do dever de legislar e fiscalizar para manter boas relações com o chefe do Executivo. E nisso, quem paga a conta são as crianças da cidade, que seguem esperando por leitos de UTI.

Quando se criam frentes parlamentares para turismo, direita conservadora ou qualquer outra pauta ideológica, ninguém se incomoda. Mas ao propor uma frente pela saúde infantil, a resposta é imediata: extinção.

É evidente que há algo por trás disso. E esse algo tem cheiro de conluio, tem cor de omissão e tem gosto de traição ao povo.

O papel distorcido do Presidente da Câmara Paulo Debrito

Paulo Debrito (PL), age como se sua função não fosse a de presidente de um poder autônomo, mas sim a de um gerente político do gabinete do prefeito

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Paulo Debrito, eleito pelo Partido Liberal (PL), age como se sua função não fosse a de presidente de um poder autônomo, mas sim a de um gerente político do gabinete do prefeito. Desde que assumiu a presidência da Câmara, acumula episódios em que tenta controlar e enfraquecer o papel dos vereadores independentes. Seu comportamento indica não apenas alinhamento ideológico com Silva e Luna, mas uma obediência funcional que compromete a independência entre os poderes.

A democracia exige freios e contrapesos. O Legislativo precisa atuar como fiscal e guardião da legalidade dos atos do Executivo. Quando um presidente da Câmara age para blindar o prefeito e silenciar as vozes dissonantes,

ele rasga a Constituição Municipal e desonra a confiança que a população lhe depositou nas urnas.

Golpe Parlamentar disfarçado de Regimento Interno

Ao justificar o fim da Frente Parlamentar pela Saúde Infantil como uma "revisão do entendimento do regimento interno", Paulo Debrito pratica um casuismo vergonhoso. Usar interpretações jurídicas convenientes para impedir uma mobilização social legítima é uma manobra típica de quem não tem argumentos nem coragem de se posicionar publicamente contra a saúde das crianças, mas o faz sorratamente, nos bastidores.

Afinal, onde estavam esses questionamentos regimentais quando foram criadas outras frentes e bancadas ideológicas? Por que o regimen-

to só virou um problema agora? A resposta é clara: porque o tema incomoda o Executivo, porque falar em UTI pediátrica é tocar na ferida aberta da má gestão da saúde em Foz do Iguaçu.

General Silva e Luna: Governo de caserna e censura política

Por trás de toda essa manobra está o nome do prefeito, General Silva e Luna. Desde o início de sua gestão, tenta emplacar uma administração com ares de militarismo, onde a obediência hierárquica se sobrepõe ao diálogo democrático. Em sua gestão, a saúde pública sofre com descaso, a infraestrutura urbana desaba e os vereadores que ousam cobrar são pressionados ou neutralizados.

General Silva e Luna não tolera oposição. E, ao que parece, Paulo Debrito é peça-chave nesse jogo de silenciamento. Quando um prefeito governa por meio de um Legislativo submisso, a cidade perde. A população perde. E, nesse caso, as crianças perdem. Ao apagar a Frente Parlamentar pela Saúde Infantil é também uma tentativa de apagar as vozes da sociedade que clamam por justiça social, por dignidade e por um mínimo de estrutura na saúde pública.

O povo não pode ser cúmplice

Diante de tudo isso, a pergunta que resta é: até quando a população vai assistir calada? Foz do Iguaçu precisa urgentemente acordar e se posicionar. Os vereadores não podem seguir agindo



Vereador Paulo Debrito da indicativo que é um "pau mandado do prefeito"

como se a Câmara fosse uma extensão do gabinete do prefeito. A cidade precisa exigir transparência, independência e compromisso com as pautas que realmente importam e não com os caprichos autoritários de figuras que se julgam acima da lei.

É hora da sociedade civil se organizar, é hora de cobrar respostas, de exigir que o Ministério Público e o Tribunal de Contas investiguem essa manobra absurda. Não podemos aceitar que uma frente parlamentar em defesa das crianças seja desfeita por mera birra política, por pressão do Executivo ou por medo de desagradar o poder.

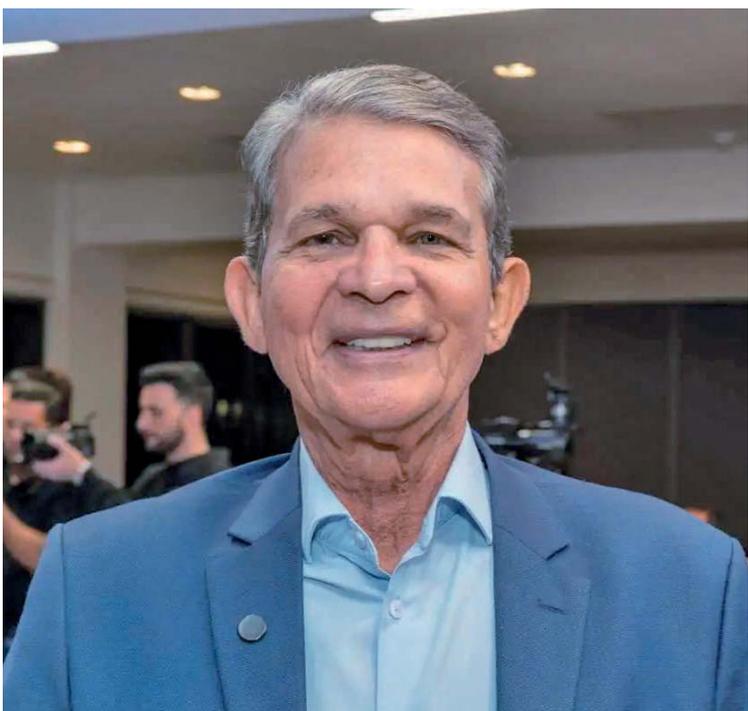
Vergonha nacional

O que aconteceu em Foz do Iguaçu não é apenas uma vergonha local. É um exem-

plo didático de como o bolsonarismo institucionalizado - representado aqui pelo PL de Paulo Debrito e pelo militarismo do General Silva e Luna - age para sufocar a democracia, atacar o controle social e sabotar qualquer iniciativa que vá contra seus interesses.

Adnan El Sayed fez o que todo vereador honesto deve fazer: denunciou, resistiu e deu nome aos bois. Cabe agora à população fazer sua parte. A política local não pode ser conduzida como um quartel. A saúde das crianças não pode ser refém de disputas mesquinhas. E a democracia não pode ser destruída a cada 72 horas por quem jurou defendê-la.

A vergonha está posta. Cabe agora transformar a indignação em ação.



Quando um prefeito governa por meio de um Legislativo submisso, a cidade perde. A população perde

Foz do Iguaçu em colapso: O retrato cruel do abandono da saúde pública na gestão Silva e Luna

Uma tragédia anunciada que revela que autoridade não substitui competência técnica, tampouco compromisso com o bem comum

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

No coração de Foz do Iguaçu, um símbolo de esperança e cuidado agoniza em silêncio: o Hospital Municipal Padre Germano Lauck. Referência em urgência e emergência não apenas para a população iguaçuense, mas também para toda a região da tríplice fronteira.

O hospital atravessa uma de suas piores fases. O cenário atual ultrapassa a simples ideia de crise: é uma demonstração concreta de sucateamento institucional, reflexo de anos de descaso, má gestão, negligência política e desumanização do serviço público.

A eleição do General Silva e Luna à Prefeitura de Foz do Iguaçu gerou, inicialmente, um sentimento de expectativa por parte de muitos cidadãos, sobretudo pela promessa de eficiência e disciplina administrativa associada ao perfil militar. No entanto, o que se vê na prática é um agravamento profundo das condições de funcionamento do principal hospital público da cidade, uma tragédia anunciada que revela que autoridade não substitui competência técnica, tampouco compromisso com o bem comum.

Estrutura em ruínas: o sucateamento visível

Entrar hoje no Hospital Municipal é atravessar um retrato do abandono. Salas improvisadas, tetos com infiltra-

ções, paredes descascadas, equipamentos quebrados, falta de climatização adequada e uma precarização que fere os princípios mínimos da dignidade e da biossegurança. Há setores em que os próprios trabalhadores denunciam não existir nem mesmo banheiros apropriados, obrigando equipes a dividir o mesmo espaço sanitário com pacientes e muitos destes contaminados com bactérias multirresistentes. Um risco sanitário intolerável em qualquer estrutura de saúde, mas escancaradamente normalizado pela administração pública.

A falta de materiais básicos de trabalho é cotidiana. Procedimentos simples, como curativos, coleta de exames ou até mesmo a triagem de pacientes, são prejudicados por ausência de insumos. O cenário é tão alarmante que até itens de proteção individual, essenciais para a segurança de profissionais e pacientes, frequentemente estão em falta.

Servidores adoecem: o impacto sobre quem sustenta a saúde

O colapso da estrutura física do hospital tem um reflexo direto sobre o estado emocional e psicológico dos servidores. Enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, recepcionistas e outros trabalhadores relatam insatisfação, esgotamento e medo. O número de afastamentos por questões psicológicas vem aumentando drasticamente, com muitos re-



Dias de chuva como fico o hospital por falta de manutenção

correndo a atestados e licenças médicas por absoluta exaustão.

Por trás disso, há uma questão ainda mais grave: a desvalorização profissional. Muitos trabalhadores desempenham funções de risco extremo sem o reconhecimento do adicional de insalubridade. Há anos que o Sindicato dos Servidores da Saúde de Foz

do Iguaçu (SEESSFIR) trava uma batalha judicial para assegurar que os direitos trabalhistas básicos sejam respeitados. A luta não é por privilégios, é por dignidade. Como afirmou o presidente do Sindicato, Paulo Sérgio, "enquanto os protocolos de segurança são ignorados por falta de estrutura, nós colocamos nossas vidas em ris-

co todos os dias."

Esse cenário revela não apenas uma falha administrativa, mas uma desumanização perversa do serviço público. O trabalhador da saúde, que enfrentou a pandemia de COVID-19 na linha de frente, agora é empurrado para um ambiente hostil, negligenciado e sem apoio institucional.

Furtos e insegurança mostra o abandono generalizado

O caso é emblemático não apenas pela ousadia do crime, mas por expor uma realidade alarmante

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A situação do Hospital Municipal é tão crítica que nem mesmo a segurança mínima está garantida. Furtos se tornaram rotina. Um dos episódios mais simbólicos da atual decadência foi o desaparecimento de uma televisão de 55 polegadas, doada pelo próprio sindicato aos trabalhadores, furtada dentro da unidade hospitalar sem que ninguém percebesse.

O caso é emblemático não apenas pela ousadia do crime, mas por expor uma realidade alarmante: não há controle de acesso, vigilância eficiente ou qualquer estratégia de segurança minimamente eficaz. Moradores de rua circulam livremente pelos corredores da unidade, pacientes psiquiátricos caminham desacompanhados, e os funcionários vivem sob constante tensão. Como relatou uma técnica de enfermagem, "a sensação é de total abandono. Trabalhamos com medo, não sabemos quem pode entrar a qualquer momento ou o que pode acontecer."

O hospital, que deveria ser um refúgio de cuidado e segurança, tornou-se um espaço de medo e insegurança para todos. Todos mesmo, profissionais e pacientes.

Pacientes em risco: o desmonte do atendimento básico

A população que depende exclusivamente do SUS é a principal vítima do desmonte. Com a estrutura sucateada, profissionais sobrecarregados e ausência de protocolos ade-

quados, o atendimento oferecido está longe do mínimo aceitável. Triagens são feitas às pressas, há demora na realização de exames, diagnósticos tardios e, muitas vezes, transferências obrigatórias para hospitais de outras cidades por falta de capacidade técnica local.

Esse tipo de improviso, além de custar mais ao sistema público, impõe sofrimento e humilhação às famílias, que veem seus entes queridos peregrinando em busca de assistência. Não é exagero afirmar que vidas estão sendo perdidas pela lentidão, pelo descaso e pela burocracia que impedem a saúde de funcionar como deveria.

General Silva e Luna: Da expectativa à decepção

Quando o General Silva e Luna assumiu a Prefeitura, havia uma esperança de que sua fama de gestor firme e disciplinado pudesse finalmente colocar ordem na caótica estrutura da saúde municipal. Mas, ao completar mais de 200 dias de mandato, a decepção se impõe com força.

A nova gestão, ao invés de sinalizar medidas emergenciais e demonstrar empatia com os profissionais e usuários do sistema, tem sido marcada pelo silêncio, pela inércia e, em muitos casos, pelo agravamento da crise. Até o momento, não se vê um plano estruturado de recuperação do Hospital Municipal. O discurso da austeridade é usado como cortina de fumaça para encobrir a ausência de políticas públicas efetivas.

Enquanto isso, os servido-



Um dos episódios mais simbólicos da atual decadência foi o desaparecimento de uma televisão de 55 polegadas, doada pelo próprio sindicato aos trabalhadores, furtada dentro da unidade hospitalar sem que ninguém percebesse

res adoecem, os equipamentos apodrecem e a população sofre.

O que precisa ser feito: O hospital pede socorro

A recuperação do Hospital Municipal exige uma abordagem imediata, técnica e comprometida. Não se trata apenas de reformar paredes ou comprar novas camas hospitalares. O problema é estrutural e passa por:

- Auditoria completa nos contratos de manutenção, fornecimento e serviços;
- Contratação emergencial de pessoal qualificado;
- Reposição de equipamentos básicos e tecnológicos;
- Valorização imediata dos servidores, com revisão das insalubridades e recomposição salarial;

- Plano emergencial de segurança e vigilância patrimonial;

- Instalação de uma ouvidoria interna que acolha, de forma segura, denúncias de servidores;

- Escuta ativa dos profissionais da saúde, que são os que conhecem de perto a realidade do hospital.

Entre a vida e o desespero

O Hospital Municipal de Foz do Iguaçu, que já foi referência em saúde pública, hoje agoniza. A sua situação não é resultado de um único governo, mas o agravamento durante a atual gestão demonstra como a ausência de sensibilidade e preparo pode acelerar um processo de falência pública.

A saúde não pode ser tratada como um problema técnico isolado. Ela é um direito constitucional, um reflexo direto da dignidade de um povo. Quando o hospital adocece, a cidade adocece junto. Quando o servidor é desvalorizado, o atendimento à população também perde qualidade. E quando a gestão se omite, o caos se impõe.

A pergunta que ecoa pelos corredores do hospital, nas casas das famílias que esperam por atendimento e nas salas dos servidores adoecidos é uma só: até quando?

Se a gestão de Silva e Luna quiser, de fato, marcar seu nome na história de Foz do Iguaçu, precisará agir com urgência. O tempo da desculpa acabou. O hospital precisa de soluções, não de promessas.

CASA NO JD. VERANEIO

Vende-se com 2 quartos, sala, cozinha, 2 bwc, piso todo em porcelanato, área grande com ilha, churrasqueira, bwc, garagem para 1 carro, área dos fundos grande com quarto e depósito

Valor: 330.000,00

 **(45) 99106-0729 | 99986-3769**



Parque Nacional do Iguaçu atinge 1 milhão de visitantes

Urbia Cataratas - PNI

Foto: Divulgação

O Parque Nacional do Iguaçu, Patrimônio Mundial Natural e lar das majestosas Cataratas do Iguaçu, atingiu em tempo recorde o marco de 1 milhão de visitantes em 2025. Assim, o número foi alcançado na manhã do dia 11 de julho - 11 dias antes em comparação ao mesmo feito no ano passado. Ou seja, na data, 1.004.088 pessoas já haviam passado pelo atrativo.

Em 2025, 186 nacionalidades já visitaram a Maravilha Mundial da Natureza.

Logo, do primeiro milhão de visitantes do ano, os brasileiros representam a maioria, com 524.382 pessoas. Em seguida vêm os vizinhos argentinos, com 199.478, e os paraguaios, com 38.393 visitantes. Assim, Estados Unidos, França, Alemanha, Chile, Espanha, China, Peru, Uruguai, Inglaterra e Coreia do Sul completam o top 10 das nacionalidades que mais visitaram o parque até agora.

Avaliação

"Estamos vivendo um ano extraordinário para o turismo no Parque Nacional do Iguaçu.

Por isso, esse resultado histórico é reflexo direto do trabalho conjunto entre a Urbia Cataratas e o ICMBio, que têm promovido uma gestão integrada, com foco em excelência na experiência do visitante e na conservação da biodiversidade. Dessa forma, as novidades lançadas neste ano, como o Céu das Cataratas, o novo Circuito São João e a Ciclovía das Cataratas, têm encantado os visitantes e ampliado as formas de conexão com este Patrimônio Mundial", destaca Mario Macedo, diretor-presidente da Urbia Cataratas.





IGREJAS UCRANIANAS
PRUDENTÓPOLIS



TURISMO DE PESCA
PORTO RICO

JÁ IMAGINOU CONHECER A

CULTURA & PESCARIA

E A FÉ DOS IMIGRANTES NO PARANÁ

COLECIONAR HISTÓRIAS DE

NO RIO PARANÁ?



INVERNO É NO PARANÁ.
JÁ IMAGINOU?
Acesse e escolha seu destino: pr.gov.br/viajeparana





NA MARCA DO PÊNALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

PARANAENSE DIVISÃO DE ACESSO

Árbitro mancha a final da Seg e Foz F.C fica com o vice camp

O azulão foi prejudicado em Maringá, após o árbitro não marcar um pênalti claro em cima de Lucão. C

10 DE AGOSTO DE 2025

INSCRIÇÕES ABERTAS

FOZ RUN

A CORRIDA DE 30 ANOS DO FÓZ DO IGUAÇU FC

INSCRIÇÕES NA ACORREFOZ E NA SEDE DO FÓZ DO IGUAÇU FC

PERCURSOS

4KM 8KM

FOZ RUN

INSCRIÇÕES NA ACORREFOZ
(45) 99148-5945

INSCRIÇÕES NA SEDE DO FÓZ
RUA ALMIRANTE BARROSO, 2152

O clube foi guerreiro até o final, mas acabou sendo assaltado e derrotado por 3x1 pelo Galo Maringá neste sábado (19), no Estádio Willie Davids, na final da Segundona Sanepar 2025. Em campo, o Azulão da Fronteira teve atuação superior em diversos momentos, criou chances claras e marcou um golaço de falta, mas viu a arbitragem interferir diretamente no resultado.

A Final

Já começou com problemas, aos 5 minutos o capitão do Foz Breno Bora teve que sair lesionado para a entrada de Nikolas Sena. A polêmica foi aos 16 minutos, um pênalti claro em Lucão não foi marcado, e o Foz ainda sofreu dois gols com o artilheiro da competição Adiel que chegou a 10 gols no campeonato, em duas falhas do goleiro Carlão antes do intervalo, sendo um deles no contra-ataque do pênalti não marcado. E o prejuízo só não foi



Fotos: Franz Amorim

Azulão vice campeão da divisão de Acesso

maior porque o galo teve um terceiro gol anulado, após o zagueiro Márcio Júnior Ex Foz, dominar com a mão.



Meia Hiago, conduzindo a bola foi um dos destaques na competição

Na volta do vestiário, o técnico Adriano de Souza colocou o time para buscar o empate a todo custo e voltou mais ofensivo, promovendo três trocas, uma delas foi no gol acreditando na possibilidade de pênaltis. O herói da volta ao time a elite, Diego entrou no lugar de Carlão e o time azulino seguiu dominante. Giovane chegou ao seu segundo gol na competição marcando um golaço de falta aos 15 minutos, e colocando fogo na partida e na pressão para buscar o empate, Hiago acertou o travessão dois minutos depois, e Daniel Bahia parou em uma defesa milagrosa do goleiro rival aos 43, a bola até sobrou para Marcus Uberaba, mas estava impedido.

Apesar do volume de jogo, o Foz foi novamente prejudicado com a expulsão de Dudu Bahia nos acréscimos por reclamação de uma falta clara não marcada. Logo após o Galo Maringá saiu no contra ataque e Diego derrubou o centroavante maringaense e o árbitro assinalou pênalti, Diego defendeu

Leticia Lutt

f Abilio Henrique Bottega
 bottega_77
 Bottega77 @futebolista2
 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
 críticas e elogios entre
 em contato
 abiliobottega@hotmail.com

mundona Sanepar campeonato

O jogo estava 0x0, com o time da fronteira melhor em campo

a cobrança de Iruan e a bola voltou para Júnior Prego que cruzou na área e o mesmo Iruan girou e marcou o terceiro gol e decretou o título para os donos da casa.

Após a partida, Giovane, autor do gol do Foz, desabafou. "A gente jogou mais. Fizemos o nosso papel, buscamos o resultado, criamos, lutamos... Mas infelizmente enfrentamos dois adversários. Jogar contra o Galo e contra a arbitragem é duro. Mas saio orgulhoso do que construímos", concluiu Giovane.

O treinador Adriano de Souza também demonstrou insatisfação. "Não é só o resultado que define um campeão. Quem viu o jogo sabe da nossa entrega, da nossa organização e da injustiça que foi o que aconteceu hoje. Tivemos um campeonato impecável, crescemos na hora certa e hoje entregamos tudo. Lamentamos que a arbitragem tenha manchado a final, mas saímos de cabeça erguida e com o nosso maior objetivo cumprido", comentou o técnico do Foz.

Mesmo com o vice-campeonato, o Azulão encerra a competição com o principal objetivo alcançado: o acesso à elite do futebol paranaense em 2026. Além disso, o clube já tem novo desafio pela frente: em agosto, o Foz estreia na Copa FPF, torneio que pode garantir uma vaga na Copa do Brasil.



Golaço de Giovane Mário meia revelado pelo Santos



Uma lesão antes dos 10 minutos de jogo, tirou o capitão Breno de campo

3 - 1

ESCALAÇÃO

Galo Maringá
 1-Caio Bolonhin; 2-Romailson, 3-Marcio Júnior, 4-Marcelo Xavier e 6-Júnior Prego (16-Igor Miranda); 5-Michelon, 8-Davi de Souza (22-Diego Gomes) e 10-Dhiordan Rhuan (19-Cristhyan Noto); 7-Iruan Lima, 11-Eli Júnior (17-Guilherme Papaléo) e 9-Adiel (15-Fabricao Lusa).
 Técnico: Rafael Andrade.

Foz do Iguaçu:
 1-Carlão (23-Diego); 2-Guilherme Truys (21-Alan), 3-Thiago Nunes e 4-Dudu Bahia; 7-Bruno Ferreira, 5-Breno (15-Nykollas), 22-Giovane, 11-Hiago e 6-Tiago Brito (17-Daniel Bahia); 20-Alex Oliveira e 9-Lucão (18-Marcus Uberaba).
 Técnico: Adriano de Souza.

Gols: Adiel 21' 1T, Adiel 40', Giovane 16' 2T, Iruan Lima 52' 1T
Público Pagante: 1.040 público total
Cartão Amarelo: 5-Michelon, 3-Marcio Júnior, 6-Júnior Prego, 7-Iruan Lima, 1-Caio Bolonhin, 9-Adiel, 4-Marcelo Xavier e 12-Vinicius Cima (Galo Maringá); 5-Breno, 13-Alex Rocha, 22-Giovane, 23-Diego e 21-Alan (Foz do Iguaçu).
Cartão Vermelho: 11-Eli Júnior (Galo Maringá); 4-Dudu Bahia e 3-Thiago Nunes (Foz do Iguaçu).
Local: Estádio Regional Willie Davids em Maringá
Horário: 15h30
Data: 19/07/2025
Rodada: FINAL - JOGO DE VOLTA



"O buraco da incompetência: 203 dias de descaso na Av. Javier Koelbel"



Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

A imagem que ilustra esse texto não é uma lembrança dos primeiros 100 dias de gestão do prefeito General Silva e Luna, como muitos poderiam supor ao ver o estado lastimável da Avenida Javier Koelbel. Infelizmente, ela representa a triste realidade vivida no 203º dia do ano de 2025, ou seja, mais de 200 dias de um governo marcado pelo descaso, pela paralisia e por uma inaceitável incompetência administrativa.

O buraco cravado na Avenida Javier Koelbel, no Bairro Porto Meira, se tornou símbolo de uma gestão que afundou no asfalto que nunca chegou. É mais do que uma cratera aberta no meio da via pública, é um retrato da farsa que foi vendida em campanha. General Silva e Luna, o auto-proclamado "especialista em asfalto", que alardeava ter vasta experiência em obras viárias, principalmente na Amazônia, revelou-se um gestor incapaz de resolver até os problemas mais básicos e an-

tigos da cidade que prometeu cuidar.

"Incompetente"

Os moradores da região adjacente, cansados de conviver com o risco diário de acidentes, expressam o sentimento coletivo de frustração e raiva. "Incompetente", "enganador", e até mesmo xingamentos mais pesados viraram rotina quando o nome do prefeito é citado. "Sua falecida mãe deve estar se revirando no túmulo", disse um morador revoltado, referindo-se à enxurrada de xingamentos que o General recebe diariamente cada vez que mais um cidadão cai no mesmo buraco. O mesmo buraco que persiste desde o início do ano, inerte, como a gestão municipal.

General Silva e Luna prometeu austeridade. Prometeu rigidez, prometeu resultado. Mas o que entregou foi marketing, militarismo de palanque e uma administração estagnada, que parece não ter compreendido a diferença entre comandar um quartel e gerir uma cidade viva, dinâmica, carente de soluções ur-

gentes. Trocar a farda pelo paletó não lhe deu preparo técnico nem sensibilidade social. Seu discurso de campanha virou piada nos bairros onde asfalto é só lembrança.

Se nem isso foi possível resolver em mais de 200 dias

É necessário reforçar: não estamos falando de dezenas de buracos espalhados pela cidade, mas de UM ÚNICO buraco, cuja existência já era conhecida antes mesmo do prefeito assumir. Se nem isso foi possível resolver em mais de 200 dias, o que esperar dos desafios mais complexos da cidade? O que esperar da saúde pública, da educação, da mobilidade urbana, do combate à desigualdade e da segurança?

O caso da Avenida Javier Koelbel virou símbolo porque expõe a verdade crua: a cidade foi enganada por uma campanha populista, sustentada por um currículo militar que, fora dos quartéis, não passa de enfeite retórico. O velho discurso de ordem e progresso caiu por terra di-

ante de uma simples cratera que nenhuma ordem resolveu e nenhum progresso chegou.

O abandono de vias públicas

E o mais preocupante é que não se trata apenas de um descaso localizado. O buraco da Koelbel é apenas o mais visível de uma série de ausências da Prefeitura por toda Foz do Iguaçu. O abandono de vias públicas, a deterioração do transporte coletivo, a omissão diante das ruas alagadas quando chove e a falta de diálogo com a população denunciam um governo perdido, blindado por bajuladores e desconectado da realidade das ruas.

O prefeito General Silva e Luna assumiu a Prefeitura com a promessa de transformar Foz do Iguaçu em uma cidade mais eficiente, limpa e bem administrada. Passados mais de 200 dias, entregou exatamente o oposto: uma cidade esburacada, esquecida e cada vez mais revoltada. Sua liderança, outrora respeitada nas Forças Armadas, hoje é motivo de chacota nos

grupos de WhatsApp dos bairros e nas rodas de conversa nos pontos de ônibus.

Os moradores não pedem milagres. Pedem dignidade. Pedem, no mínimo, o cumprimento das promessas básicas. Tapar um buraco não exige uma licitação milionária, não precisa de estudos técnicos avançados nem de articulação política complexa. Exige apenas o que falta à atual gestão: vontade política, respeito pela população e competência administrativa.

Espelho perfeito de um governo que afundou

A verdade é que o buraco da Avenida Javier Koelbel é o espelho perfeito de um governo que afundou em sua própria arrogância. A cidade que esperava soluções ganhou omissões. E a cada novo dia que passa, a cratera cresce, não apenas no asfalto, mas na confiança dos iguaçuenses em seu prefeito.

E se em 200 dias não conseguiu tapar um único buraco, o que esperar dos próximos mil?